SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA Nº160/2025/SRH.

IMPLEMENTA A GESTÃO DE RISCOS NA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ E DEFINE AS ÁREAS DE ATUAÇÃO RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DE RISCOS.

O SECRETÁRIO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 93, da Constituição Estadual; CONSIDERANDO o disposto no inciso III, do art. 4º, da Lei nº 16.717, de 21 de dezembro de 2018, que institui o Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará; CONSIDERANDO o disposto no art. 9º do Decreto nº 33.805, de 09 de novembro de 2020; CONSIDERANDO a Portaria nº 05/2021, de 03 de fevereiro de 2021, que institui a Metodologia de Gerenciamento de Riscos do Poder Executivo do Estado do Ceará; CONSIDERANDO a necessidade de operacionalizar a gestão de riscos na Secretaria dos Recursos Hídricos -SRH; RESOLVE:

Art. 1º No âmbito da SRH, em conformidade com o art. 9º do Decreto nº 33.805/2020, as áreas responsáveis pelo gerenciamento de riscos são:

I – Estratégica: Comitê Executivo;

II – Tática: Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria – ASCOI;

III – Operacional: Área responsável pelo processo organizacional.

Art. 2º Compete aos gestores das unidades administrativas indicar os processos organizacionais mais críticos e seus responsáveis para serem incluídos no Plano de Gerenciamento de Riscos, apresentando-os à ASCOI.

§1º Os processos críticos a serem incluídos no Plano de Gerenciamento de Riscos devem estar previamente mapeados.

§2º O disposto no parágrafo anterior não é impeditivo para indicação, pelos gestores das unidades administrativas, de processos que não estejam mapeados, os quais deverão ser mapeados antes do início do gerenciamento.

Art. 3º Compete à ASCOI selecionar, dentre os processos indicados pelas áreas, aqueles que terão seus riscos gerenciados por esta Assessoria durante o ano, mediante aprovação do Comitê Executivo.

Parágrafo Único. Os riscos dos processos monitorados anteriormente, que tenham ações pendentes, poderão ser incluídos no monitoramento pela ASCOI, anualmente, com a ciência do Comitê Executivo.

Art. 4º Compete ao Comitê Executivo aprovar os processos organizacionais selecionados para o gerenciamento de riscos.

Parágrafo Único. As competências específicas de cada área, no que se refere ao gerenciamento dos riscos, estão estabelecidas nos arts. 10, 11 e 12 do Decreto nº 33.805/2020.

Art. 5º O responsável pelo processo organizacional irá identificar, analisar, priorizar e responder aos riscos, realizando seus respectivos registros na forma do Anexo Único – Apêndice I, desta Portaria, em concordância com a Portaria nº 05/2021.

Art. 6ª A ASCOI analisará a identificação, avaliação, priorização e resposta aos riscos realizados pela área operacional. Em caso de aprovação, encaminhará para validação do Comitê Executivo.

Art. 7º Os riscos baixo e médio estão dentro do apetite ao risco e não necessitam de tratamento, no entanto, caso o risco seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, essa priorizaçãodeve ser justificada pelo responsável pelo processo e ser preenchido o Plano de tratamento de Risco, na forma do Anexo Único – Apêndice II, desta Portaria.

Art. 8º Os riscos altos e extremos estão fora desse apetite, devendo o responsável pelo processo organizacional propor tratamento e preencher o Plano de Tratamento de Risco, na forma do Anexo Único - Apêndice II, desta Portaria. Caso esse risco não seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, a não priorização deve ser justificada pelo responsável pelo processo.

Parágrafo Único. Os riscos previstos no caput deste artigo, caso não sejam priorizados para implementação de medidas de tratamento, devem ser justificados pelo responsável do processo.

Art. 9º A ASCOI irá analisar o Plano de Tratamento de Riscos proposto pela área e suas justificativas. Em caso de aprovação, encaminhará para validação do Comitê Executivo.

Art. 10. O Comitê Executivo analisará e validará o Plano de Tratamento de Riscos e as justificativas apresentadas pelas áreas.

Art. 11. A ASCOI disponibilizará o Plano de Tratamento de Riscos aprovado no Sistema Intranet.

Art. 12. O responsável dará início ao Plano de Tratamento de Riscos articulando as ações com seus corresponsáveis.

§1º A postergação de medidas das ações do Plano de Tratamento de Riscos de nível alto só deverá ocorrer com autorização do gestor da área em comum acordo com o responsável pelo processo.

§2º A postergação de medidas das ações do Plano de Tratamento de Riscos de nível extremo só deverá ocorrer com autorização do Comitê Executivo.

Art. 13. O responsável pelo processo fará o monitoramento contínuo do gerenciamento de riscos daqueles processos selecionados, armazenando as evidências das ações realizadas, de forma a:

I. Garantir que os controles sejam eficazes e eficientes;

II. Analisar as ocorrências dos riscos;

III. Detectar mudanças que possam requerer revisão dos controles e/ou do Plano de Tratamento;

IV. Identificar os riscos emergentes.

Art. 14. O monitoramento no âmbito do processo de gerenciamento de riscos deve ser realizado pela ASCOI durante o ano, mediante registro em coluna própria, na forma do Anexo Único – Apêndice III, desta Portaria.

Art. 15. A ASCOI apresentará ao Comitê Executivo o resultado do monitoramento anual do gerenciamento de riscos e o publicará no Sistema Intranet.

Art. 16. As ações que foram objeto de Planos de Gerenciamento de Riscos anteriores deverão ser concluídas pelas áreas responsáveis e poderão ser monitoradas pela ASCOI, a critério do Comitê Executivo.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial do Estado.

Art. 18. Revoga-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 02 de julho de 2025.

Fernando Matos Santana SECRETÁRIO DOS RECURSOS HÍDRICO

APÊNDICE I METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ

	Identificação e Análise do Risco						Avaliação dos Riscos					Priorização dos Riscos			Resposta aos Riscos		
Processo/ Etspa (1)	Objetivo (2)	Evento de l'ânco (3)	Categoria (4)	Causa (5)	Consequência (6)		Atenuação e recuperação (8)	Probabilidade (9)	Impacto (10)	Risco Incrente (11)	Avaliação dos Controles (12)	Risco Residual (13)	Classifi cação (14)	Prioriza do (15)	Justifica tiva (16)	Opção de tratamento (17)	Proposta de projeto ou eção para tratamento e controle do risco (18)

APÊNDICE II METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ

Evento	Projeto ou ação para tratamento e controle do risco (18)	Tratamento e controle	esperados com a	pela implementação	Área(s) corresponsável(is) pela implementação da medida de tratamento e controle	Servidor	Descrição sobre a implementação da medida de tratamento e controle (como será implementada)	Custo	Datas p	Situação/ Acompanhamento da implementação
34									Início da implementação	Término da implementação

APÊNDICE III METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ

MONITORAMENTO DA ÁREA RESPONSÁVEL MONITORAMENTO DA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
DESCRIÇÃO DAS MEDIDA DE TRATAMENTO (23) DATAS REALIZADAS SITUAÇÃO (30) DATA DE REALIZAÇÃO (31)
INÍCIO (27) TÉRMINO (28)

*** *** ***

PORTARIA N°188/2025 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 159/2023, datada de 23 de março de 2023, publicada no D.O.E., de 31 de março de 2023, RESOLVE AUTORIZAR, o servidor MOACIR DE LIMA, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo/ Supervisor de Núcleo DAS-1, matrícula nº 125948-1-X, deste Órgão, a viajar às cidades de Mombaça e Pedra Branca, no período de 23 a 24/07/2025, a fim de providenciar local para realizar Consulta Pública com os possíveis expropriados com a construção do Sistema Adutor Banabuiú Sertão-Central – Setor 3; em Mombaça e Pedra Branca, concedendo-lhe 1½ (uma diária e meia), no valor unitário de R\$ 137,78 (cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 206,67 (duzentos e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com os artigos 1°, 4°, 8 e 12, classe II do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, de acordo com a Portaria nº 143/2025, de 19 de fevereiro de 2025, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária deste Órgão. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 18 de julho de 2025.

Ramon Flávio Gomes Rodrigues

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

COMPANHIA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 008/2025

PROCESSO Nº: 29012.007758 / 2025-88 COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH; Rua Adualdo Batista, nº 1550, Parque Iracema – Fortaleza/CE, CEP: 60.824-140. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de licença anual de uso do Software Galera-App e revisão do modelo da Gestão do Desempenho com suporte técnico e hospedagem de DATA CENTER, visando otimizar o processo de avaliação de competências e avaliação de desempenho com foco em competências na Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência. JUSTIFICATIVA: Necessidade de atualização do modelo de gestão de desempenho vigente, de recursos de capacitação, a mensuração objetiva da contribuição individual, o fortalecimento da cultura de desempenho, o estímulo ao autodesenvolvimento e o aumento da capacidade de inovação, considerando o conhecimento prévio da realidade organizacional da Companhia pela empresa VALOR GLOBAL: R\$ 135.369,82 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Fonte 701 – orçamento de custeio da Cogerh, na Conta Orçamentária 24203 – Manutenção de Software. Dotação Orçamentária nº 3957 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regulamento de Licitações e Contratos da Cogerh - 2022, CAPÍTULO II – CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO, arts. 13, 14 e 15, em compatibilidade com o disposto na Lei nº 13.303/2016, contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, bem como tudo o que consta no Processo Administrativo NUP 29012.007758/2025-88 CONTRATADA: LEME CONSULTORIA EM GESTÃO DE RH LTDA; Rua Almirante Protogenes, n.º 289, Conj. 122, Bairro Jardim, Santo André/SP, CEP n.º 09.090-760 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: Tercio Dantas Tavares/Diretor-Presidente da Cogerh, em exercício. RATIFICAÇÃO:

Francisco Assis Rabelo Pereira ASSESSORIA JURÍDICA

Publique-se.

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA N°762/2025 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria n°090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo NUP 24001.026503/2023-68 do Suíte, e as determinações do art.5°, da Lei n°18.338/2023, de 04 de abril de 2023, assim como fundamentado no art.16, parágrafo único, inciso I da Lei n°12.078, de 05 de março de 1993, com redação dada pelo art.7º da Lei n°14.238, de 10 de novembro de 2008, e art.2° da Lei Complementar N°270, de 30 de dezembro de 2021, RESOLVE CONCEDER o percentual de 23% (vinte e três por cento), sobre seu vencimento base, da Gratificação Especial de Desempenho, à servidora ELLEN MOURÃO SOARES LOPES, matrícula n°300141-2-X, que ocupa o cargo de Médico, pertencente ao Grupo Ocupacional Serviços Especializados de Saúde – SES, lotada no Hospital Infantil Albert Sabin – Hias, por cumprir escala de serviço em regime de diária no Setor de Ambulatório, a partir de 14 de setembro de 2023. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de fevereiro de 2025.

Carla Cristina Fonteles Barroso SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** *** ***

PORTARIA N°1847/2025 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria n°090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo NUP 24001.045848/2023-11 do SUITE, e as determinações do art. 5°, da Lei n°18.338/2023, de 04 de abril de 2023, assim como fundamentado no art. 16, parágrafo único, inciso III da Lei n°12.078, de 05 de março de 1993, RESOLVE CONCEDER o percentual de 70,0% (setenta por cento), sobre seu vencimento base, da Gratificação Especial de Desempenho, à servidora MARIA JULIANA MACIEL DA SILVA, matrícula n°300127-4-7, que ocupa o cargo de Técnico de Enfermagem, pertencente ao Grupo Atividade Auxiliar de Saúde - ATS, lotada no Hospital Infantil Albert Sabin, por cumprir escala de plantão na Emergência, a partir de 23 de novembro de 2023. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2025. Carla Cristina Fonteles Barroso

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontea responsáveia FSC ** C128031